

Art. 2.º A implantação da rede viária e a consequente definição da área a ceder para equipamento público e da área para a implantação dos lotes destinados aos edifícios previstos deverá fazer-se em conformidade com o indicado na planta de implantação.

Art. 3.º Os lotes e as construções a implantar na zona 1 deverão respeitar os condicionamentos fixados para as zonas HE do PUCS:

Zona HE do PUCS

Moradia isolada, geminada ou em banda:

Dois pisos mais cave, quando justificado.

Índice máximo — 0,50.

Percentagem máxima de ocupação — 30 %.

Afastamentos:

À rua — 3 m.

Aos lados — 3 m.

Nos extremos das bandas — 5 m.

A tardoz — 6 m.

Anexos:

Área máxima — 20 m².

Altura máxima — 2,60 m.

Art. 4.º Para a zona 2, dado tratar-se de uma zona totalmente construída e habitada, manter-se-ão as construções existentes. Não serão permitidas obras, a não ser as projectadas com respeito do estabelecido para as zonas HE do PUCS e pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Art. 5.º A localização dos lotes e dos edifícios projectados para a zona 3 e, bem assim, a rede viária e

o estacionamento automóvel deverão fazer-se como vai indicado na planta de implantação.

Art. 6.º O número de edifícios, de pisos e de fogos, as áreas de construção e o índice de ocupação para a zona 3 não poderão, em caso algum, vir a exceder os valores indicados no mapa de valores que integra a planta de implantação.

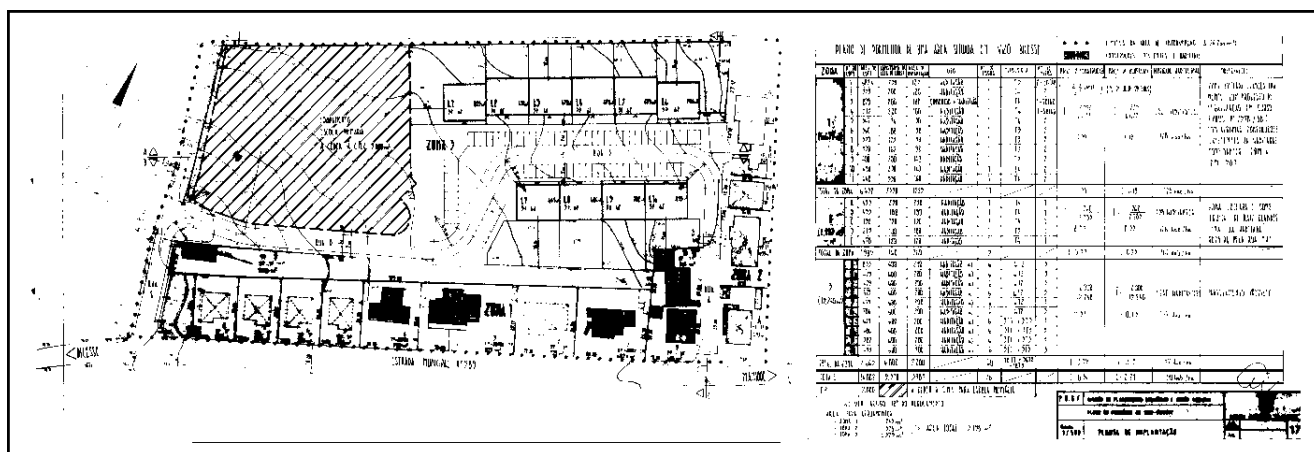
Art. 7.º Para além das áreas de construção indicadas no mapa de valores, nos logradouros dos edifícios previstos para a zona 3 poder-se-á aceitar a construção de anexos destinados exclusivamente a arrecadações ou a garagens, desde que, nomeadamente no que se refere a afastamentos à construção principal, se venha a verificar o cumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e desde que a sua altura máxima exterior não ultrapasse 2,60 m.

Art. 8.º O número máximo de pisos para os edifícios projectados na zona 3 será de três, incluindo-se na contagem o piso do rés-do-chão.

Art. 9.º O edifício projectado na periferia nascente da área destinada a equipamento terá o afastamento mínimo legal estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 37 575, referente a zonas de protecção de edifícios escolares.

Art. 10.º Os edifícios previstos para a zona 3 destinam-se a habitação. No entanto, dada a carência que se verifica na zona, poderá admitir-se que o rés-do-chão dos mesmos seja utilizado para pequeno comércio local, cujo funcionamento seja compatível com a função habitação.

Art. 11.º Os edifícios, de acordo com as peças desenhadas, deverão fazer a ligação dos efluentes domésticos à rede do colector municipal, sendo expressamente proibida a autorização da sua descarga no solo.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 718/96

de 10 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 83/92, de 7 de Maio, procedeu à definição do regime aplicável às taxas incidentes sobre o vinho do Porto, bem como sobre a aguardente vínica aplicada no seu benefício, tendo ainda determinado que o produto da taxa incidente sobre a aguardente seria repartido entre o Instituto do Vinho do Porto (IVP) e a Casa do Douro (CD), na razão de uma percentagem a fixar anualmente por portaria do Ministério da Agricultura, mediante proposta daquele Instituto.

Em virtude da publicação dos Decretos-Leis n.ºs 74/95 e 76/95, de 19 de Abril, o mencionado regime tributário foi alterado, na medida em que passaram a constituir receitas da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) as taxas correspondentes às competências atribuídas a esta entidade, e que anteriormente vinham sendo exercidas pela CD, a qual continuou a exercer transitoriamente aquelas competências e a ter direito à quota-parte da receita dessas taxas, até ao início do mandato do conselho geral da CIRDD.

Tendo o conselho geral da CIRDD entrado em funções no passado dia 21 de Outubro, a titularidade das receitas em causa passou a pertencer a esta entidade, que passará a receber, conjuntamente com o IVP, a

Carreira	Categoria profissional	Nível	Níveis de enquadramento — Escalaões de progresso							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Agente auxiliar	Auxiliar administrativo.	1	(*) 123	(*) 140	(*) 155	(*) 170	(*) 183	(*) 200	(*) 220	—
	Motorista	2	(*) 150	(*) 165	(*) 180	(*) 195	(*) 210	(*) 225	(*) 240	(*) (M) 260
Agente administrativo	Empregado administrativo.	3	(*) 200	(*) 213	(*) 230	(*) 245	(*) 260	(*) 273	(*) (M) 290	(*) (M) 315
	Empregado administrativo principal.	4	(*) 235	(*) 260	(*) 285	(*) 310	(*) 330	(*) (M) 350	(*) (M) 375	—
	Secretária									
Agente técnico	Agente de controlo	5	(*) (a) 260							
	Operador de computador.									
	Agente técnico especializado.		(*) 320	(*) 365	(*) 405	(*) 440	(*) 485	(*) (M) 520	(*) (M) 580	(*) (M) 615